

CEDI Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

FATOS DESTACADOS DA IMPRENSA
DE 4 A 9 DE JULHO DE 1982
Nº 191 - CIRCULAÇÃO INTERNA

Aconteceu



Tempo e Presença Editora Ltda.

Diretor
Domício Pereira de Matos

Conselho Editorial
Carlos Cunha
Carlos Rodrigues Brandão
Heloísa Martins
Jether Ramalho
Letícia Cotrim
Neide Esterci
Paulo Ayres Matos
Paulo Cezar Botas
Rubem T. de Almeida
Zwinglio Mota Dias

CEDI
Centro Ecumênico
de Documentação e Informação

Rua Cosme Velho 98 fundos
Tel.: 205-5197
22241 Rio de Janeiro RJ

Av. Higienópolis 983
Tel.: 66-7273
01238 São Paulo SP

Assinatura anual: Cr\$ 500,00
Assinatura de apoio: Cr\$ 2.000,00

Remessa em cheques pagáveis no Rio
para Tempo e Presença Editora Ltda.
Caixa Postal 16.082
22221 Rio de Janeiro RJ

Editor do Aconteceu
Rubem T. de Almeida

TRABALHADORES URBANOS

II CONCLAT SERÁ NO FINAL DE AGOSTO

A II Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras deverá ser realizada nos dias 27, 28 e 29 de agosto, na Praia Grande (SP), conforme decisão da Comissão Executiva Nacional Pró-Cut (Central Única de Trabalhadores) durante reunião, anteontem, em Brasília, à qual compareceram 37 dos 56 integrantes. Não foi definido, entretanto, se a criação da CUT se dará neste ou no próximo ano. Dos membros da comissão presentes, 18 votaram favoravelmente à realização da conferência, 14 foram contra e cinco abstiveram-se de votar. Este assunto, porém, deverá ser objeto de discussão, uma vez que várias entidades de trabalhadores creem na inviabilidade de se realizar este ano a criação da central única e outras se quer admitem a segunda edição da conferência. Entre essas últimas está a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura, que, após ter sido vencida na votação, afirmou, por seu presidente, José Francisco, que deverá realizar assembleia com os sindicatos que representa, para só então assumir uma posição quanto à sua participação. (ESP - 7/7/82)

METALÚRGICOS DE SP CONTRA 2ª CONCLAT

A diretoria do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo decidiu tomar posição contrária à realização da 2ª Conclat (Conferência Nacional da Classe Trabalhadora) prevista para agosto. A decisão foi justificada por dois argumentos principais, segundo o primeiro secretário do sindicato: "Nós consideramos que a realização da Conclat em um ano eleitoral, como esse, só serviria para dividir a classe trabalhadora em torno de questões político-partidárias; pelos mesmos motivos, não se deve constituir este ano a projetada Central Única de Trabalhadores (CUT)." Ele lembrou que dois terços dos 54 componentes da Comissão Nacional Pró-CUT são candidatos à Câmara Federal, assembleias legislativas, Senado e até a dois governos de Estado. "Assim, não há como organizar a CUT, pois ela não passaria de uma comissão de cúpula, sem o apoio dos trabalhadores". Outro motivo apontado para o adiamento da Conclat é a falta de tempo para organização do encontro. Apesar dessa posição, a direção dos metalúrgicos paulistanos decidiu que continuará participando das reuniões preparatórias da Conclat e do Enclat (Encontro das Classes Trabalhadoras), este previsto para julho, caso também não seja adiado pelos mesmos motivos. (FSP - 8/7/82)

ENGENHEIROS APÓIAM CONCLAT

Do 2º Encontro Nacional dos Sindicatos de Engenheiros (9 a 12 de junho passado) foi tirado um documento, a "Carta de Niterói", em que é expresso o apoio dos engenheiros do País à realização da Conferência Nacional das Classes Trabalhadoras (Conclat) e à criação da Central Única de Trabalhadores (CUT), "representativa de todos os trabalhadores brasileiros, independentemente do Estado, das crenças religiosas, dos partidos e associações políticas". (FSP - 9/7/82)

TAMOIO: FRACASSA ACORDO

A tentativa de acordo entre o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Alimentação e a usina Tamoio (em Araraquara, SP), paralisada desde o dia 17 de junho por atraso de pagamento dos salários, não obteve resultados positivos. Na reunião de anteontem à noite entre dirigentes

do sindicato e da empresa, os trabalhadores em greve apresentaram a proposta de retorno ao trabalho condicionada ao pagamento de 15% do salário de junho e a readmissão de 22 empregados demitidos. A Tamoió aceitou a volta ao trabalho mas não se dispôs ao pagamento da parcela reclamada. O presidente do sindicato, Gonçalo de Campos, informou que diante disso os trabalhadores decidiram manter a greve, "pois essa proposta da usina não garante nem a sobrevivência deles". Foi eleita uma comissão de 14 trabalhadores para decidir que rumo dar ao problema. (FSP - 9/7/82)

EMPRESA CONTRA AÇÃO DO SINDICATO

Depois de atrasar continuamente os salários de seus quase mil empregados, a indústria de guindastes e pontes rolantes Torque, de Araras (SP), está obrigando-os a se desligarem do sindicato da categoria, por meio de ameaça de demissão àqueles que permanecerem associados à entidade. A denúncia foi feita ontem pelo presidente do Sindicato dos Metalúrgicos de Araras, Lázaro Augusto da Cruz. Segundo ele, após o atraso nos pagamentos, os metalúrgicos acorreram ao sindicato, pedindo providências contra a empresa, o que motivou a represália. De acordo com o dirigente, cerca de 480 empregados da Torque são associados ao sindicato da categoria, 200 dos quais, aproximadamente, já se afastaram da entidade, por medo de perderem o emprego. (ESP - 7/7/82)

ENFERMEIROS FEDERAIS QUEREM REAJUSTE SALARIAL

O ministro da Saúde recebeu ontem, em audiência, representantes da Associação Brasileira de Enfermagem que lhe entregaram um documento pedindo reajuste salarial de 85 por cento para todos os profissionais de enfermagem do serviço público federal e redução da jornada de trabalho de 40 para 30 horas semanais. Os representantes da associação solicitaram, ainda, uma revisão do enquadramento do pessoal de enfermagem, corrigindo discriminações e permitindo um acesso pleno na carreira; um adicional de 30 por cento de insalubridade sobre o salário-base; reajuste semestral; dotação de creches em todas as instituições de saúde; aposentadoria aos 25 anos; direito à sindicalização; concurso público e provimento de pessoal de acordo com as necessidades; e ampliação da rede pública de serviços de saúde. (FSP - 8/7/82)

TRABALHADORES RURAIS

FLAGELADOS INVADEM CIDADES

Em menos de uma semana, cinco cidades do interior do Ceará foram invadidas por flagelados, à procura de comida e emprego. A quinta cidade - Jardim, a 579 km desta capital, ao sul do Estado - foi invadida ontem, por cerca de 500 pessoas (homens, mulheres e crianças). O prefeito de Jardim, aflito com a situação, distribuiu arroz, feijão e farinha aos invasores, como medida paliativa, enquanto aguarda providências do Governo federal, pois o Governo estadual já afirmou que não tem condições de resolver o problema. Com a desativação do Programa de Emergência, que assistia as vítimas da seca da Região Nordeste, ocorrida no dia 31 de maio passado, os cerca de 400 mil trabalhadores do Ceará, com os quais o Governo gastava, por mês, Cr\$ 2 bilhões 250 milhões, ficaram sem saber o que fazer. (JB - 7/7/82)

PERIGO DE MAIS INVASÕES

A Secretaria da Segurança Pública da Paraíba está reforçando o policiamento no interior do Estado em razão da ocorrência de invasões de feiras livres em Conceição, Santana dos Garrotes, Uirana, Juru e Nova Olinda. Em Lastro, onde houve depredação da Prefeitura, o prefeito fez um apelo à população para que forneça comida aos flagelados. O governador do Estado recebeu telegrama da Associação dos Agrônomos da Paraíba manifestando preocupação com o desemprego provocado pela desativação das frentes do Programa de Emergência e que "deixou 300 profissionais e 192 mil trabalhadores sem ter o que fazer." O presidente da Federação dos Trabalhadores na Agricultura advertiu que "um estopim alimentado pela fome, miséria e desemprego pode ser aceso a qualquer momento no interior do Estado". E acrescentou: "Os trabalhadores não estão dispostos a esperar indefinidamente por esses bolsões da seca." (FSP - 9/7/82)

PARA MINISTRO, NO ENTANTO, INVASÕES SÃO APENAS "FATOS ISOLADOS"

O ministro do Interior disse ontem em Brasília que as invasões de pequenos municípios da Paraíba e Ceará, por grupos de flagelados, "são fatos isolados porque após três anos consecutivos de seca, hoje chove regularmente em 90% da região, conforme dados da Sudene." Fez referência também à desativação das frentes de trabalho criadas pelo Programa de Emergência e considerou a criação de empregos permanentes em obras públicas como a solução "para essa gente". (FSP - 9/7/82)

LAVRADORES NÃO QUEREM DEIXAR PR

Trinta e cinco famílias de lavradores da área onde se formará o reservatório da usina hidrelétrica de Itaipu, no município de São Miguel do Iguçu (PR), recusaram-se a abandonar as terras até o dia 30 deste mês, prazo dado pela Itaipu Binacional. Os agricultores não querem ir para o "Projeto Peixoto", no Acre, destinado pela empresa e o Incra a grande número de famílias pobres. "Os colonos não conhecem o Acre, nem o clima nem a terra, e, além disso, teriam que ir para lá descapitalizados", informou um dos coordenadores do Mastro (Movimento dos Agricultores Sem Terras do Oeste do Paraná), Miguel Savio. O Mastro denunciou ontem que as 35 famílias receberam ameaças de prepostos da Itaipu Binacional de que teriam seus ranchos queimados, depois de 30 de julho, caso não abandonassem as terras. Atribuídas a funcionários ou representantes da Binacional Itaipu, as ameaças foram comunicadas à Secretaria da Segurança Pública do Paraná. (FSP - 8/7/82)

EM 1.220 LOCAIS HÁ LUTA POR TERRAS

Durante o Simpósio sobre terras realizado na 34ª Reunião da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, em Campinas (SP), José dos Reis Santos Filho, da ABRA, fez um relato sobre os conflitos de terras em todo o País. Segundo ele, dados ainda parciais mostram que existem 1.220 localidades brasileiras onde se manifestam lutas pela posse da terra, "que podem se expressar por meio de reivindicações, expulsões e resistência a essas expulsões". A área em conflito teria uma extensão de 33.693.421 hectares, o que corresponderia a uma vez e um quarto a área do Estado de São Paulo. De acordo com o relato de Santos, os conflitos de terras, ao contrário do que pode parecer, não se concentram exclusivamente nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. O Estado do Rio de Janeiro, por exemplo, tem 95 casos. O Maranhão bate todos os recordes nacionais, com 314 localidades com conflitos de terra, segundo os levantamentos apresentados. (FSP - 8/7/82)

ÍNDIOS

CR\$ 2 BILHÕES PARA ALDEIAS INDÍGENAS

Com empréstimo obtido junto ao Banco Mundial, a Companhia Vale do Rio Doce assinou ontem um convênio com a Funai, indenizando os índios do Pará, Maranhão e Goiás, que terão suas aldeias atingidas pela implantação do Projeto Carajás, com a construção da ferrovia de 900 quilômetros, ligando a Serra do Norte ao Porto de Itaqui, no Maranhão. Pelos termos do convênio, a Vale do Rio Doce repassará à Funai 13 milhões de dólares, que devem ser distribuídos entre 42 aldeias para os índios parakanã, xicrin, gavião, surui, apinaye, guajajara, guajá, krikati, urubu-kaapor. O presidente da Funai, Paulo Leal, assegurou que nenhum índio será transferido de sua terra. "Esse é o primeiro trabalho feito com bases absolutamente científicas", disse. (FSP - 7/7/82)

MOVIMENTOS POPULARES

MORADORES LUTAM POR ESCRITURA DE LOTES

Mais de cem famílias da Vila Adriática, em São Miguel Paulista, estão lutando há vários anos para receber as escrituras definitivas de seus terrenos. Elas estão procurando regularizar a situação de seus terrenos, a maioria já com casas construídas. A área, de acordo com as declarações dos moradores, foi vendida a prazo, a partir de 1962, pelo proprietário, Mário Ferrarini, recebendo, cada comprador, na ocasião da venda, apenas recibos de quitação, muitos deles escritos à mão em papel sem timbre. Os compradores que acabaram de pagar suas prestações em 1971, até agora não conseguiram a escritura definitiva. Todos são unânimes em declarar que quando procuram o loteador Mário Ferrarini, poucas vezes o encontram. Quando conseguem falar com ele, "são bem tratados, recebem a promessa de que brevemente serão atendidos e, depois, fica tudo por isso mesmo". A luta dos moradores para obter a escritura definitiva está sendo liderada por Valdira dos Santos, metalúrgica aposentada. Valdira acabou de pagar suas prestações em 1971, após comprar seu terreno por Cr\$ 414 mil em 1962, conforme contrato de compra e venda que ela exigiu na época. Os impostos de seu terreno são pagos à Prefeitura através de carnê que está em nome do loteador. Eles temem pela posse de suas áreas e esperam providências. (ESP - 8/7/82)

IGREJAS

A CAMPANHA DA FRATERNIDADE DE 1983

"A convicção generalizada de que o povo brasileiro é avesso à violência, amigo da paz, afável, cordial, inclinado às composições pacíficas e aos compromissos jeitosos" é, na opinião do episcopado nacional, uma "interpretação falaciosa" que serve para ocultar as causas da violência. A observação está contida na segunda parte do documento "Fraternidade sim, violência não", que constituirá o texto-base da Campanha da

~~Fraternidade do próximo ano, divulgado ontem pela assessoria de imprensa da CNBB. Os bispos ainda examinam a seqüência do documento, no qual apontam as diversas formas de ação violenta que predominam em nossa sociedade, alertam para o uso, por parte do sistema, de interpretações falaciosas sobre o comportamento do povo, e sugerem soluções para o problema. (FSP - 9/7/82)~~

VIOLÊNCIA: O DOCUMENTO DA CNBB

Ao analisar as relações causais da violência, os bispos questionam se não haveria uma tendência de apontar como responsáveis pela violência, apenas os delinquentes e criminosos, isentando de responsabilidade os que controlam a política econômica e social? Indagam ainda os bispos até que ponto "o exercício da autoridade não se baseia no pressuposto implícito de que o povo tem direitos, mas não tem condições para usá-los? Caberia ao povo simplesmente a obrigação de obedecer, e à autoridade o direito de baixar ordens e impor as condições para serem cumpridas?" O documento formula, então, uma resposta: "O povo tem direitos a benefícios previdenciários, mas se quiser recebê-los, que espere pacientemente em filas intermináveis, vigiado pela polícia. O povo tem direito ao emprego, mas se quiser uma vaga, que dispute a competição entre milhares de concorrentes. O povo tem direito à terra, mas se quiser ter acesso a ela, que concorra com grileiros e jagunços, ou espere indefinidamente pelas demarcações e desapropriações." Em conclusão, os bispos afirmam que "o exame das formas e causas da violência parece confirmar uma hipótese, que preocupa a todos que estamos perplexos e angustiados ante a escalada da violência: Hoje, a não-erradicação da injustiça social custa mais ao Brasil do que custaria sua erradicação. Em termos de violência, é imenso o preço humano e social que pagamos por essa não erradicação. Isso devido à situação de injustiça estrutural de uma sociedade profundamente assimétrica, desproporcional, composta de uma rica minoria influente e de uma pobre maioria carente." Para transformar esse quadro de violência, os bispos sugerem, enfim, que seja feita a opção preferencial pelos pobres. (FSP - 9/7/82)

GOVERNO, CLERO, CAMPANHA DA FRATERNIDADE

Para o porta-voz da Presidência da República o documento "Fraternidade sim, violência não", que vem sendo elaborado pela CNBB, é desmentido pelos fatos. O documento diz que a principal forma de violência é retirar do povo a possibilidade de participar da vida política, econômica e social da Nação. "Viola-se o direito que o povo tem de se manifestar politicamente através de eleições livres", assinala. O porta-voz foi breve em seu comentário: "Esse documento é desmentido pelos fatos. Todos sabemos que teremos eleições em 15 de novembro." Ao responder se esse documento não colocaria mais um entrave nas relações entre governo e Igreja, foi mais breve ainda, respondendo simplesmente: "não". Essas respostas breves do porta-voz têm sido uma tônica no Palácio do Planalto ultimamente, quando o assunto tratado é o relacionamento entre Igreja e Estado. O governo tem dado mostras de que não deseja alimentar polêmica com o clero, e isso vai se tornando mais evidente na medida em que se aproximam as eleições. (FSP - 7/7/82)

IGREJA CONTESTA GOVERNO

O cardeal-arcebispo de São Paulo, dom Paulo Evaristo Arns, afirmou ontem que "o fato de termos eleições em novembro deste ano não significa que elas serão livres. Dentro do próprio governo, nem todos aceitam os casuismos impostos para o pleito de novembro". Ele fez a declaração contestando o porta-voz do Palácio do Planalto, que durante a semana procurava

CIMI DENUNCIADO

O italiano Roberto Brodoloni, de 37 anos, resolveu trocar um bom emprego na Itália, onde trabalhou 15 anos, por uma "causa justa" e há quatro anos e meio veio trabalhar com os índios na Prelazia de Roraima, convidado pela Igreja, e, posteriormente, no Conselho Indigenista Missionário. Nos anos seguintes Roberto decepcionou-se com os setores progressistas do clero. Durante os quase dois anos em que ficou encarregado de administrar e divulgar o jornal Porantim, do Cimi, contou que viu o órgão "pregar uma coisa e agir, dentro da casa, de maneira diferente". Assistiu, por exemplo, à demissão do leigo Aniceto Barroso, por este ser filiado ao Partido dos Trabalhadores, alegando que "sua missão não poderia ser misturada com atuação política". Barroso, segundo Roberto, foi demitido por discordar da posição do Cimi. Há pouco mais de quatro meses, ele mesmo passaria por essa situação. Alegando contenção de despesas, o secretário-geral do Cimi promoveu uma reunião fechada do Conselho e demitiu Roberto e sua mulher, Beatrice Pingot, sem pagar indenização. Com a esposa grávida, Roberto tentou contornar a situação. "Temos que fazer contenção de despesas e não podemos ficar com sentimentalismo", respondeu-lhe o secretário-geral. Sem emprego e sem dinheiro, Roberto entrou com um processo trabalhista contra o Cimi. Intimidados a pagar, o secretário-geral e o bispo d. Tomás Balduino, vice-presidente do Cimi, disseram que o fariam, "mas não que ele tivesse direito. Apenas queremos ficar livres para que não se manchem as nossas pregações". O Cimi reteve, por mais um mês sua carteira de trabalho, que nunca tinha sido assinada pela Igreja. Como havia conseguido emprego e necessitava da carteira de trabalho, para reavê-la teve de entrar com outro processo na Justiça, que intimou o Cimi a devolver-lhe o documento. "No Cimi, até fevereiro último, quando estava trabalhando lá, ninguém era registrado - assegura. E todos são demitidos sem indenização". (ESP - 4/7/82)

POLÍTICA NACIONAL

OS ELEITORES NO BRASIL ESTADO POR ESTADO

O eleitorado, por unidades da Federação e em ordem decrescente, em 31 de março de 1982, era o seguinte:

| | |
|------------------------------|-------------------------------|
| São Paulo - 11.965.763 | Minas Gerais - 6.050.126 |
| Rio de Janeiro - 5.866.172 | Rio Grande do Sul - 3.994.387 |
| Paraná - 3.712.011 | Bahia - 3.649.395 |
| Pernambuco - 2.215.617 | Ceará - 2.049.089 |
| Santa Catarina - 1.908.925 | Goiás - 1.650.557 |
| Pará - 1.227.744 | Maranhão - 1.222.788 |
| Paraíba - 1.119.810 | Piauí - 829.105 |
| Espírito Santo - 735.317 | Rio Grande do Norte - 828.106 |
| Mato Grosso do Sul - 618.761 | Alagoas - 591.349 |
| Amazonas - 455.064 | Mato Grosso - 424.444 |
| Distrito Federal - 421.313 | Sergipe - 403.991 |
| Rondônia - 155.690 | Acre - 102.762 |
| Amapá - 58.098 | Roraima - 33.175 |
| Fernando de Noronha - 473 | TOTAL: 52.290.032 |

(ESP - 8/7/82)

OUTRAS

A inflação de junho (8%) provocou perplexidade nas autoridades responsáveis que confiavam em seus próprios diagnósticos. A situação econômica é difícil. Nesta seção e na "Última Página" procuramos dar um quadro rápido sobre o problema, que deve ser refletido.

INFLAÇÃO PROVOCA NERVOSISMO NO MINISTÉRIO DA FAZENDA

A inflação de 8% em junho, medida pelo Índice Geral de Preços (IGP), causou um clima de intensa movimentação e de nervosismo anteontem no Ministério da Fazenda, onde os principais assessores do ministro esquivaram-se de qualquer comentário. Na ala técnica do Ministério, ninguém escondia sua preocupação com os rumos tomados pela inflação nos últimos meses. "Se o governo quiser ganhar as eleições, e se quiser ainda continuar gozando de credibilidade no mercado financeiro internacional, é preciso conter a alta dos preços a qualquer custo", comentou um técnico para quem o gradualismo ("política gradualista", para resguardar o país de efeitos sociais danosos, o que ocorreria com um controle brusco da inflação) não deve ser abandonado, sendo necessário, contudo, mais energia, mais pulso do governo e mais austeridade no comando da política econômica. (FSP - 5/7/82)

SITUAÇÃO SERIA PIOR QUE 80

A nova escalada da inflação e a difícil situação da balança comercial, prejudicada pelo mau desempenho das exportações no primeiro semestre, colocam o Brasil na mesma situação de meados de 1980, com a diferença de que, agora, o remédio da recessão já foi usado e a economia está debilitada por um ano e meio de crise. O nível da produção industrial ainda está mais de 10% inferior ao do ano passado. Aparecem agora as primeiras falências de grandes empresas. O desemprego só se reduziu ligeiramente. A produção agrícola será menor que a de 1981. Com todo este quadro, o país enfrentará dificuldades. (JB - 4/7/82)

INFLAÇÃO PODE CHEGAR A 133%

Caso os índices mensais de inflação no período de julho a dezembro mantenham-se a uma taxa média de 8%, como a registrada em junho, a inflação acumulada deste ano fechará em 133,15%, quer dizer, muito acima do seu maior pique histórico, que foi de 121,2%, registrado nos 12 meses até março de 1981. Caso a inflação média dos próximos seis meses mantenha-se, contudo, em 7,5% ao mês, a inflação anual fechará em 125,57%. E se a média situar-se na casa dos 7% - hipótese que já é vista na área técnica como plausível - a inflação acumulada do ano será de 122,55%. (De qualquer maneira o povo estará enfrentando, como sempre, sérias dificuldades). (FSP - 5/7/82)

ELEIÇÃO TRARÁ MAIS INFLAÇÃO

Um adicional de inflação acima dos índices esperados pelas autoridades econômicas no início do ano será o preço que a sociedade brasileira terá de pagar, em 1982, como consequência das eleições de novembro - afirmou o diretor de estudos e pesquisas do Ibre - Instituto Brasileiro de Economia. Explicou que "o Governo faz um tipo de despesa típica de ano eleitoral, que pressiona certa categoria de preços, embora com retorno

baixo para a economia". O Governo terá de optar, no 2º semestre, entre manter o nível de emprego e conter a inflação. (JB - 6/7/82)

CARTA DO LEITOR

A seção desta semana reproduz nota sobre a dramática situação dos povos indígenas na Guatemala. É um tema que nos fala de perto. Publicação de denúncias, informações, desmentidos, notícias frescas e contato mais próximo entre leitor e responsáveis pelo "Aconteceu": é o objetivo desta nova seção. Continuamos a esperar suas cartas.

A SITUAÇÃO DOS POVOS INDÍGENAS NA GUATEMALA

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI) tendo ouvido da parte do seu secretário o relato do que está acontecendo com a população indígena na Guatemala, se vê na obrigação de levar ao conhecimento da opinião pública estes fatos graves e denunciá-los. Os povos indígenas da Guatemala, que representam 60% da população do país, são vítimas de massacres sistemáticos. O Conselho Índio Sulamericano (CISA) fala de 20 mil assassinatos políticos nos últimos 15 anos. São assassinatos e destruições diárias não só de indivíduos, mas de aldeias inteiras. É o método da "terra arrasada" experimentado na guerra de Vietnam, hoje executado ou pelo Exército, assessorado por "técnicos" israelenses, ou pelo Exército Clam destino Anti-Comunista, uma organização dentro do Exército oficial. O material bélico está vindo na sua quase totalidade de Israel, sub-agência tática da geopolítica norte-americana. A Guatemala de hoje é a erupção mais grave de uma situação crônica e global existente nas duas Américas onde os povos indígenas sempre foram objetos de interesses alheios, onde foram expulsos das suas terras, explorados e assassinados. Agora se parte para a "solução final", o genocídio dos povos indígenas a nível continental. Os mandantes deste genocídio procuram criar uma nova imagem do governo, necessária - especialmente no exterior - para recuperar créditos e empréstimos congelados. Em função disso deve-se analisar as "eleições" de 3 de março, o golpe militar de pretensos "oficiais jovens e honestos" (23 de março) e a substituição destes pelo novo general-presidente (9 de junho). Recentemente, dois representantes do partido governista norte-americano, declararam que o seu governo está "inclinado" a restabelecer a ajuda militar. Na realidade, nada justifica créditos morais ou pecuniários ao regime militar guatemalteco. O ex-presidente, Lucas García, apontado pelos "oficiais jovens e honestos" como principal responsável pelos desacertos do passado, vive impunemente na sua fazenda, protegido por seu próprio exército. O atual presidente Efraín Ríos Montt liderou em 1973 o massacre contra os indígenas de San Sirisay. Depois da sua conversão em pregador da seita fundamentalista El Verbo, sua luta "anticomunista" mostra traços de um estranho messianismo. O novo ministro do Governo, Ricardo Méndez Ruíz, era até sua nomeação comandante da zona militar de Cobán, onde dirigiu a mais violenta matança contra índios (especialmente Quiché e Pocomam) de todo o país. Méndez Ruíz prometeu até o fim do ano "exterminar" a guerrilha. Isso significa, no linguajar do regime, que o extermínio de aldeias indígenas continua em todas as áreas onde se suspeita a presença da guerrilha. Desde 1º de julho, a Guatemala encontra-se sob o "estado de sítio"; começaram a funcionar "tribunais especiais" com poderes de aplicar sentenças de morte contra "subversivos". "Jamais em nossa história nacional se chegou a extremos tão graves. Estes assassinatos se situam no campo do genocídio", denunciou a Conferência Episcopal da Guatemala

(27/05/82). É imprescindível que todos, que se sensibilizam com a causa de todos os marginalizados nas Américas e no mundo, levantem sua voz em protesto e juntem suas forças para uma ação concreta - em comitês de solidariedade, por exemplo - contra o genocídio na Guatemala. (NOTA DO CONSELHO INDIGENISTA MISSIONÁRIO/CIMI - 5/7/82)

ÚLTIMA PÁGINA

O GOVERNO ESTÁ PERDIDO EM SEUS DIAGNÓSTICOS

Explode a inflação e os responsáveis pela política econômica se perdem totalmente no que diz respeito ao seu diagnóstico. O ministro da Fazenda culpa a reação dos empresários ao remarcarem os preços acima do devido em vista da implantação do Finsocial. O secretário de Abastecimento e Preços, após chamar os barbeiros a Brasília para dar um pito sobre o preço do corte de cabelo, agora atribui a alta de preços a tabelas que não considera verdadeiras dos comerciantes e industriais, porque os preços efetivos seriam mais baixos pelos descontos dados. Os reajustes das ORTNs, do INPC e outros se dariam, segundo ele, de acordo com os preços das tabelas fictícias. Na verdade, os preços estão crescendo mesmo. Flávio Rangel já apontou com humor a falta de orientação dos nossos planejadores da coisa pública. Mas por todo lado, de tocos que foram cortar cabelo nas últimas duas semanas, se escutam as vozes de revolta dos barbeiros. Afinal, os barbeiros constituem um dos setores mais competitivos da economia. Não é muito alto o capital necessário para alguém se estabelecer, nem muito prolongado o período de treinamento para que alguém saiba cortar o cabelo pelo menos razoavelmente. Nas grandes cidades o preço do corte vai desde Cr\$ 150 até 1.500, havendo uma infinidade de escolhas. E quem ainda quiser evitar o custo pode pedir para a mulher, o irmão ou amigo cortar, ou também deixar o cabelo crescer por mais tempo. Não são chamados a Brasília, por exemplo, os responsáveis pela destinação política de extraordinárias verbas publicitárias de empresas públicas e de instituições financeiras oficiais. Não importa que tais gastos em nada contribuam para o aumento da produção de bens e serviços e que ainda representem custos adicionais para os consumidores de serviços públicos. Não são chamados à responsabilidade os que abrem os cofres dos bancos oficiais para a distribuição de crédito subsidiado a grupos econômicos, visando a fins político-eleitorais. Ao contrário. As autoridades resolveram até programar melhor e desburocratizar esta distribuição com vistas ao 15 de novembro. Ao mesmo tempo que o Conselho Monetário Nacional extinguiu qualquer exigência de plano a ser apresentado para quem vai obter o crédito subsidiado na agricultura, o governo em São Paulo nomeia para a presidência da principal instituição financeira do Estado, o Banespa, o irmão do candidato a senador pelo PDS. Até mesmo o presidente que sai achou demais e denunciou a descortesia para com ele. Quem sabe agora o professor Pereira de Carvalho tenha mais elementos para explicar as verdadeiras causas da inflação na USP. (FSP - 3/7/82)